

A CRISE DO CAPITAL PROVOCADA PELA CIÊNCIA
THE CAPITAL CRISIS CAUSED BY SCIENCE
LA CRISIS DEL CAPITAL CAUSADA POR LA CIENCIA

Atanásio Mykonios
Docente do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas,
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas,
Na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH,
Da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Eixo Temático: Crise da ciência, desenvolvimento tecnológico, saúde e pandemia

Resumo

Este escrito tem como proposta apresentar o problema estrutural do capital a partir da utilização sistêmica da ciência, ou ciência Moderna, com o fito de analisar o desenvolvimento paradoxal e contraditório do capital que, quanto mais aumenta a capacidade produtiva, diminui em proporção a sua capacidade geração de valor, engendrando assim as condições objetivas, históricas e materiais para o seu limite, como forma social de produção de mercadorias. O artigo trata de colocar o problema também sobre as condições de exploração da força de trabalho e como se tornou mecanismo estrutural da reprodução capitalista, respondendo às condições científicas, técnicas e mecânicas da produção, em outras palavras, a força de trabalho tornou-se simbiótica ao modo de produção capitalista e, paradoxalmente, cada vez mais inútil.

Palavras-chave: Ciência capitalista. Capital. Crise estrutural. Limite absoluto. Força de trabalho.

Abstract

This paper aims to present the structural problem of capital from the systemic use of science, or Modern science, with the aim of analyzing the paradoxical and contradictory development of capital, which, as its productive capacity increases, its capacity to generate value decreases in proportion, thus creating the objective, historical and material conditions for its limit, as a social form of production of goods. The article also seeks to address the problem of the conditions of exploitation of the labor force and how it has become a structural mechanism of capitalist reproduction, responding to the scientific, technical and mechanical conditions of production. In other words, the labor force has become symbiotic with the capitalist mode of production and, paradoxically, increasingly useless.

Keywords: Capitalist science. Capital. Structural crisis, Absolute limit. Labor force.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar el problema estructural del capital desde el uso sistémico de la ciencia, o ciencia moderna, con el fin de analizar el desarrollo paradójico y contradictorio del capital que, a medida que aumenta su capacidad productiva, disminuye en proporción a su capacidad de generar valor, generándose así las condiciones objetivas, históricas y materiales para su límite, como forma social de producción de bienes. El artículo aborda también la cuestión de las condiciones de explotación de la fuerza de trabajo y cómo ésta se ha convertido en un mecanismo estructural de la reproducción capitalista, respondiendo a las condiciones científicas, técnicas y mecánicas de la producción. En otras palabras, la fuerza de trabajo se ha vuelto simbiótica con el modo de producción capitalista y, paradójicamente, cada vez más inútil.

Palabras clave: Ciencia capitalista. Capital. Crisis estructural. Límite absoluto. Personal.

SUMÁRIO

Introdução	4
A ciência capitalista e a lógica do capital	5
Os trabalhadores	9
Da religião ao capital	14
Fetiches da ciência	17
Divisão da força de trabalho no mundo	21
Últimas Considerações	24
Referências bibliográficas	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série história da divisão da força de trabalho por setores no Mundo (%) 22

Introdução

Estamos em uma quadra histórica decisiva, emblemática, em cuja sociedade está mergulhada em uma profunda crise provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que aponta para uma tendência do processo estrutural produção, rumo à sua condição limite, que não apenas dá sinais de esgotamento, como aponta para o seu colapso, em termos de produção de valor, de mais-valor e capital. Desde o surgimento das condições históricas do capital, como um sistema social em suas determinações, a crise esteve e está presente no interior dos mecanismos de geração de riqueza capitalista.

Contudo, a crise é vivida em duas esferas no capital – de um lado, as crises cíclicas e, por outro, a crise estrutural. É preciso, em algum momento das análises críticas, considerar a crise estrutural, o capital está se autodestruindo, levando a sociedade consigo, provocando uma barbárie desenfreada. Ao menos para alguns setores da esquerda, como sistema social de produção de riqueza abstrata, está chegando ao seu estertor. Qual seria o sinal da autodestruição do capital, como o processo histórico em sua determinação formal e no seu conteúdo? Por que ainda existe a crença de que o capital é eterno e que se refaz a partir de suas próprias crises como a Fênix que ressurge das cinzas?

Há uma contradição insolúvel, diria, uma contradição em termos que o capital não consegue resolver, muito menos superar, trata-se do mecanismo interno que desencadeia a sua própria destruição, seu mecanismo lógico como sistema social. E como todo sistema, que se expande, encontra seu limite lógico, histórico, formal e material. Por mais inadmissível que possa parecer, justamente a ciência moderna, como forma material do capital é, ao mesmo tempo, o mecanismo que desenvolve, especializa e aperfeiçoa o mundo dos processos da produção das mercadorias e, paradoxalmente, é o veneno que o leva à sua morte. Karl Marx apontou não apenas a sua tendência, mostrou que a aplicação do capital fixo - a ciência moderna é capitalista, provoca não apenas a queda vertiginosa da taxa de lucro, em termos globais, como leva o sistema ao seu limite, criando o travamento do modo de produção capitalista, isto é, o mercado das mercadorias chega a um ponto em que o valor de troca chega ao seu nível zero.

O problema da assimilação da classe trabalhadora que se tornou um mecanismo internalizado da própria produção de mais-valor e das estruturas científicas, técnicas, burocráticas, tecnocráticas e gestão do sistema social-mundial do capital, hoje

lançadas a uma condição de incertezas profundas, a superprodução capitalista está criando uma massa marginal de trabalhadores que não são mais absorvidos, na forma da empregabilidade capitalista e isto é o nó górdio desse sistema.

A ciência capitalista e a lógica do capital

Queremos uma sociedade sem o capital, mas a lógica científica é iluminista, racional, sobretudo, apreendida pela lógica da produção de valor-de-troca. Para superar o capital, como sistema social de produção de riqueza abstrata, será preciso, ao menos, repensar os modelos científicos que engendram um processo de produção eminentemente com vistas ao aumento da produtividade, mascarado pela ideia de um desenvolvimento humano, apartado da realidade impositiva do modo de produção que vigora na atualidade em forma hegemônica.

O trabalho e os trabalhadores, em uma instância ontológica, são colocados em uma esfera trans-histórica, como se existissem antes do sistema do capital, no entanto, a classe trabalhadora, como classe social efetiva, surge, socialmente, a partir da imposição do capital, com suas determinações históricas e concretas. A ciência aplicada aos processos de produção exigiu técnicas de aplicação e nada mais necessário que uma classe que fosse capaz de adquirir as habilidades demandadas e necessárias para a execução dos componentes técnicos, com seus conhecimentos que, gradualmente, foram impostos socialmente. Mas diversos movimentos marxistas ou as suas várias tendências, insistiram e ainda o fazem, na convicção de que o capital apenas deturpou ou estuprou a dignidade do trabalho como força social de produção, como se estivesse presente desde tempos imemoriais.

Há uma crença entre os vários movimentos marxistas de que o trabalho é uma categoria trans-histórica, que, exatamente por esta razão, seria possível uma sociedade do trabalho, com os elementos da produção capitalista, apenas sendo controlados cientificamente pelos próprios trabalhadores, o que, de alguma forma, poderia ser semelhante ao socialismo científico – uma modalidade tecnocrática de controle da produção de valor e mais-valor. Seria uma espécie de práxis anticapitalista, sem deixar de manter os elementos científicos da produção capitalista. Em grande medida, a crença na ciência parece transcender à própria ideologia do modo de produção capitalista.

A ciência atual está a serviço do capital, conseqüentemente, a técnica está a

serviço do capital. A tecnologia está a serviço do capital, destarte a grande ilusão nutrida pelas sociedades que imaginam terem poder e domínio sobre as máquinas produzidas pela ciência, como forma material do capital. O fato demonstra exatamente o contrário, de que não há neutralidade na ciência nem na técnica, muito menos na tecnologia. Estando a serviço do capital, nada mais necessário e prudente do que construir uma metafísica da ciência e outra metafísica da técnica, isto é, a metafísica real da ciência burguesa, com este cabedal metafísico, os regimes político-econômicos puderam utilizar a técnica em seus galpões e complexos industriais de produção em massa.

Os soviéticos também o fizeram, transformando aqueles que detinham o conhecimento, o poder e o domínio sobre a técnica, em uma classe social distinta, composta de gestores. Ironicamente, os fascistas também o fizeram, com o mesmo propósito, no afã de controlarem os procedimentos estatais de domínio sobre as massas trabalhadoras e sobre as condições gerais de produção industrial. Não foi diferente com regimes liberais, que utilizaram em profusão os conhecimentos técnicos, criando gerações de exímios gestores de tecnocratas no processo produtivo.

Na URSS, a direção da industrialização levada a efeito pela burocracia do partido comunista, que monopolizou o poder articulando as burocracias da organização hospitalar, escolar, militar, tomou a forma de um coletivismo burocrático, no qual a burocracia detém coletivamente a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político. O proletariado não participa da direção da produção, está relegado a funções de pura execução. Por outro lado, há uma fusão do poder político com o poder econômico, confundindo se no seio da classe burocrática em que participar da apropriação do sobre produto social equivale a participar do sistema de dominação. (TRAGTENBERG, 2006, p. 233)

E mais ainda, como João Bernardo observa tenazmente em que “Na esfera soviética, o capitalismo acabou, sem dúvida, por ser salvo pelos gestores, mas enquanto capitalismo de Estado, resultante da mobilização da classe trabalhadora, e no qual não havia já lugar para a burguesia. Num esquema: gestores + proletariado/burguesia” (BERNARDO, Vol. 2, 2022, p. 60). Isto parece nos mostrar que a mecânica da produção capitalista engendra uma lógica que pode ser absorvida em ambos os lados da arquitetura social – socialista, fascista, eminentemente liberal ou até neoliberal.

No entanto, não podemos nos manter apenas e tão-somente no âmbito do processo produtivo. As instâncias das estruturas sociais capitalistas e até mesmo socialistas, implicam conhecimento e domínio técnicos para garantir a arquitetura social

das forças produtivas, dos meios de produção entre as relações/condições de exploração. As instituições, tornadas pelo Estado fundamentais, garantem a reprodução por meios técnicos, das estruturas capitalistas da forma social do valor, como célula mãe da sociedade produtora de mercadorias.

Gradativamente, a classe trabalhadora foi sendo submetida a um mecanismo de controle social por meio da produção capitalista, que exigia cada vez mais formação, adequação, adaptação e especialização em relação às demandas produtivas. A educação passou a ter papel central na formação dos trabalhadores para a execução das tarefas técnicas, com conhecimento científico. Os sindicatos exerceram grande influência na construção social de quadros capazes de gerir os processos produtivos e controlarem os trabalhadores tanto coletiva quanto individualmente. As universidades foram transformadas em centros de excelência de formação e produção científicas com vistas aos processos produtivos industriais, bem como para formação de quadros altamente especializados, com propósito de garantir a qualidade do produzido, formando pequenas frações da classe trabalhadora, que ascenderam no quadro social.

Além disso, vale destacar o fato de que os tecnocratas e os gestores de maneira geral, acabaram por salvar tanto a produção capitalista como a geração de capital ao longo de todo o século XX. Os sindicatos, as instituições educativas, os organismos de pesquisa, a ciência em geral, contribuíram para a formação de uma classe social nova, do ponto de vista histórico, que passou a garantir as estruturas produtivas em condições sempre atualizadas, com isto, “A burguesia foi salva pelos gestores no plano econômico, porque só eles conseguiram proceder à necessária reorganização do capitalismo. Chegou se a este resultado mediante três processos distintos” (BERNARDO, Vol. 2, 2022, p. 59).

A reorganização do capital exigiu novas formas sociais de controle racional, a fim de garantir as estruturas de produção, adaptadas às novas demandas da reestruturação produtiva de meados da década de 1970, a chamada Terceira Revolução Industrial. Também é preciso destacar que os EUA foram salvos exatamente pela convergência de correntes ideológicas e pragmáticas, que garantiram o desenvolvimento e o salto econômico e estrutural daquele país, desde a década de 1930, sintomaticamente, após a crise de 1929.

Nas democracias, a convergência social entre a burguesia e os gestores, enquanto classes capazes de possuir, cada uma, uma estratégia própria, resultou no *New Deal* e no tipo de reorganização capitalista comumente identificado com as teorias de Keynes. (...) O prosseguimento da ação dos gestores dentro do quadro das instituições burguesas e a marginalização política dos trabalhadores caracterizarão esta estratégia como uma qualidade modalidade de manutenção da ordem. No esquema: gestores + burguesia/proletariado. (BERNARDO, Vol. 2, 2022, pp. 59-60)

Os tecnocratas se tornaram o topo de uma pirâmide social de produção de capital, com o gerenciamento, o conhecimento técnico e domínio político sobre todos os aspectos e etapas dos processos produtivos. As universidades foram transformadas na ponta de lança de uma estrutura social que exige especialização indefinida sob responsabilidade de trabalhadores, em camadas qualificadas para garantir a gestão racional, política e ideológica do sistema social mundial do capital.

Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores. As classes sociais não são passíveis de definições substantivas, mas apenas relacionais. A classe dos trabalhadores o é por ser explorada e organizada de uma dada forma, o que pressupõe a existência de outros que controlam o processo de produção da mais-valia e o exploram. E reciprocamente. O caráter socialmente contraditório da mais-valia implica a oposição de classes e o relacionamento das classes opostas, o que significa, em suma, que cada classe se define no confronto com as restantes. É pela sua comum oposição à força de trabalho que burguesia e gestores se classificam como capitalistas. E é pela oposição-relação que entre si estabelecem que se definem como classes capitalistas distintas. É esta a questão que vou passar agora a analisar. (BERNARDO, 2009, p. 218)

Se por um lado a necessidade de geração de valorização do valor implica não apenas a constituição de classes hierarquizadas no contexto social dos processos da produção objetiva, também devemos considerar o fato de que a sociedade capitalista impõe mecanismos políticos e ideológicos para a produção. A força de trabalho é cada vez mais espremida, exige-se dela mais capacidade de responder às demandas científicas do capital, em um ambiente de grande concorrência técnica, científica e social.

(...) os gestores organizam processos decorrentes do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade econômica com tal com tal funcionamento. A integração na globalidade ocorre tanto no nível da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, de que se encarregam mais diretamente os departamentos de pessoal nas empresas e os gestores que dirigem os sindicatos burocratizados; como no nível da organização material dos processos produtivos; como no nível da organização do mercado dos produtos. (BERNARDO, 2009, p. 218)

Ao indicarmos os gestores como instrumentos funcionais do desenvolvimento capitalista, estamos nos referindo a uma fração de classe social que tem poder político, não apenas sobre as empresas que administram, não apenas sobre as corporações, passam a ter poder sobre as relações políticas no âmbito estatal, exercem uma pressão contínua sobre as instituições estatais, passam a determinar de que forma os estados devem se comportar para garantir as melhores condições de produção, além de estruturar as complexas redes de dominação sobre a sociedade em geral.

Os trabalhadores

Trabalhar no sistema social do capital não apresenta qualquer conteúdo existencial. O que o trabalho produz é apenas e tão-somente capital. Produzir pão ou bombas não contém em si, nenhuma dignidade, cabe apenas o sentido de troca de valor, de excedente capitalista, em amplitude social, na caracterização da riqueza abstrata sem fim – o trabalho também é transformado em categoria abstrata, o que nós trabalhadores vendemos é a nossa capacidade de produzir capital, com a técnica necessária. Assim como a ciência e a técnica, o trabalho é o instrumento segundo o qual os processos de produção de mercadorias alcançam sua realização, mesmo que na atualidade o que encontramos é uma massa de trabalhadores, em idade de serem aproveitados pelo capital, sendo descartados como não-retáveis, pois não são mais sequer aproveitáveis para reproduzirem as migalhas marginais do capital.

Da raiz das palavras, robôs e trabalhadores, encontra-se o mesmo significado. Originalmente, “trabalho” era um termo para a atividade de pessoas dependentes (escravos) ou “ferramentas falantes” (Aristóteles) e, portanto, idêntico ao sofrimento. Preparada pela metafísica cristã do sofrimento com o seu (estruturalmente masculino) “culto ao homem abstracto” (Marx), esta determinação negativa foi transformada no seu oposto pelo protestantismo, glorificada e ao mesmo tempo traduzida de volta da mutação religiosa para a vida

secular. O novo modo de produção capitalista ajudou o “trabalho” a alcançar uma grande carreira. Só poderia tornar-se positivo e universalmente válido como a produção de uma “riqueza abstrata” independente (Marx). Já não se tratava da determinação geral daquilo que “o escravo faz”, mas sim da queima da energia humana per se, indiferente a todo conteúdo de produção: “trabalho abstrato” (Marx), reificado na “substância” do dinheiro. Mas não para diversão, mas sob a forma de capital, que se retroalimenta como um imperativo interminável para transformar um táler, um euro, um dólar etc., em dois. Os indivíduos “livres” transformaram-se em “ferramentas falantes” ou “robotniks” para este fim social em si, à medida que a “força de trabalho” se tornou uma mercadoria e só através disso o mercado se tornou uma relação totalitária. (KURZ, 2010)

O modo de produção capitalista não se compara a qualquer período pré-moderno, por mais que tenha havido esforços contundentes para equiparar modos de vida anteriores com o atual, além da criação de teorias que procuraram traçar paralelos e até nexos causais entre o antes e o atual, numa evidente influência hegeliana de um etapismo histórico, em outras palavras, o antes condicionaria o depois, contudo, nada se compara ao modo atual de produção social. O trabalho assume um caráter absolutamente novo, mas assume um sentido moral, completamente avesso ao que os antigos e medievais o consideravam em sua negatividade.

Talvez, um dos elementos da positividade iluminista, tanto liberal quanto marxista, tenha sido a inversão do sentido real do trabalho para o que a classe trabalhadora tem como imagem de si mesma. Com isto, a classe trabalhadora passou a ser, a partir da visão construída social e historicamente, como a portadora moral da doutrina da predestinação, portadora da moral salvadora, a única capaz de realizar a si no futuro. Sei que essa postura crítica que assumo é totalmente minoritária, uma vez que a imensa maioria dos movimentos de trabalhadores, em grande parte cristalizados nos diversos marxismos, encara o trabalho como ontológico e formador do ser social (como em Georg Lukács). Mas, em termos históricos, o trabalho é o elemento mediador entre a sociedade humana e as suas necessidades, isto não deve fazer com que eliminemos a existência da classe trabalhadora e a sua condição de explorada. São bilhões de mulheres e homens, empregados, subempregados, fora da força de trabalho, em condições de serem explorados e continuam a serem condicionados a um processo técnico de produção.

Mas a redução dos indivíduos a máquinas de combustão de energia humana abstracta não constitui a única base energética do capitalismo. Não é à toa que “trabalho” também se tornou um termo na física no século XVIII como uma relação vetorial energética da força mecânica que atua sobre um corpo ao longo de um caminho. A origem social é a aplicação capitalista das ciências naturais. A máquina de mercado força os capitais individuais a competir por uma parte da substância social do dinheiro; e só podem existir nisso aumentando o seu poder produtivo, condicionado pelo uso de máquinas e unidades de controle. No entanto, estes “robôs” físicos mortos precisam cada vez mais de ser alimentados pela energia não humana dos combustíveis fósseis. O capitalismo torna-se assim uma cultura de combustão num duplo sentido; uma dialética se desenvolve na relação entre o uso da energia humana e da energia fóssil. (KURZ, 2010)

O fazer trabalho é o fazer metodológico exigido pelo capital, nada mais a acrescentar até mesmo do ponto de vista existencial. Em termos técnicos, o trabalho assume o papel de reproduzir mecanicamente as tarefas exigidas, por mais que haja a intencionalidade, não encontramos transcendência desse fazer automático e cego, a criatividade pouco faz parte desse processo, a não ser em determinados casos em que o trabalho assume o caráter relativo, ou, em termos marxianos, no âmbito da exploração relativa – a chamada mais-valia relativa, mas mesmo assim, a criação tem que obedecer a procedimentos teleológicos, a saber, produzir para reproduzir mercadorias. A inovação não tem um significado libertador ou um sentido de autonomia, ao contrário, os ditos criadores de tecnologia devem seguir a padrões científicos rígidos, com o fito de ampliarem o valor agregado das mercadorias.

Na verdade, o capitalismo hoje está a caminhar para a “barreira interior” (Marx) e para o colapso energético da sua dupla e oposta cultura de combustão. A maquinaria hipertrófica morta imposta pela concorrência não pode representar uma substância de “riqueza abstracta” porque assenta unicamente na energia humana reificada. Ao criar, em última análise, desemprego tecnológico em massa, subemprego e precarização, o capital mina a sua própria substância, o que, por outro lado, aparece como uma crise financeira e a desvalorização do dinheiro. Ao mesmo tempo, o movimento egoísta que foi abandonado está a esgotar rapidamente as reservas de energia fóssil e a causar uma catástrofe ambiental e climática. A forma material do sistema mecânico também é cega a todo conteúdo social e natural. (KURZ, 2010)

A consciência capitalista fetichiza a robótica morta, inaugura o reino da subjetividade sob o domínio da ideologia tecnológica. O trabalhador vende a única coisa que lhe pertence, a sua própria força de trabalho e em troca, é obrigado a adquirir tudo no mercado de mercadorias, notadamente, tudo de que necessita para a sua reprodução.

Isto cria uma brutal e esmagadora desigualdade que obriga as pessoas a se refugiarem em sua subjetividade, para se defenderem desse desequilíbrio que tem um caráter objetivo.

Já que o trabalho *real* é a apropriação da natureza para satisfação de necessidades humanas ou a atividade por meio da qual o metabolismo entre homem e natureza é mediado, então a capacidade de trabalho, na medida em que é despojada dos meios de trabalho das condições objetivas de apropriação da natureza por meio do trabalho, é despojada também dos *meios de subsistência*, pois, como vimos, o valor de uso das mercadorias pode, em linhas gerais, ser caracterizado como *meios de subsistência*. A capacidade de trabalho, despojada dos meios de trabalho e dos meios de subsistência é, portanto, a pobreza absoluta como tal e o trabalhador, como sua simples personificação, possui realmente suas necessidades, enquanto possui a atividade para satisfazê-las apenas como desprovida de objeto, como aptidão (possibilidade) encerrada em sua própria subjetividade. (Marx, 2000, p. 53)

E na medida em que as forças produtivas avançam numa velocidade vertiginosa, a tecnologia afasta cada vez mais os sujeitos sociais da condição concreta de produção, o mundo virtualmente individualiza a dor provoca a subjetivação extrema afastando os seres humanos das próprias condições materiais de sua reprodução. A vida imaterial parece adquirir um poder superior aos mecanismos de produção que, por sua vez, continuam concretos e condicionantes da vida em sua totalidade.

Segue-se o fato de que a sociedade mundial se encontra numa espécie de campo de concentração tecnológico, cercados por um cinturão de máquinas, que controlam não apenas todos os processos produtivos, são uma imensa rede de controle burocrático, sobre todos os processos e todas as relações de produção, de troca e exploração, além de controlar as relações sociais em novos patamares abstratos. Nesse aspecto, uma nostalgia toma conta de parte da intelectualidade que imagina, em algum momento, criar um movimento capaz de barrar o avanço tecnológico e reduzir os efeitos ecológicos, criando talvez um imaginário coletivo de regresso a períodos pré-modernos e pré-científicos capitalistas.

A sociedade do trabalho não consegue mais ter domínio objetivo e político sobre o grande complexo tecnológico da rede de computadores que nós denominamos Internet. Mas a cada dia que passa, não há mais possibilidade de se desfazer desse imenso complexo global que denominamos tecnologia, que refaz constantemente os

procedimentos da produção, fazendo com que as massas trabalhadoras continuem presas às estruturas científico-tecnológicas.

Ora, o fazer que obriga à inovação, como um poder ideológico, obriga ir além, a superar os limites físicos e ultrapassar as fronteiras morais em que se baseavam as estruturas sociais, sempre colocadas à prova. Mas o que isto quer dizer? A subsunção formal da ciência leva-a a estabelecer os limites da produtividade tanto material quanto simbólica. Mas isto ainda não é tudo. O limite a que se aproxima o sistema como um todo, refere-se à sua constituição estrutural que nada mais é que a produção de valor e mais-valor. Em termos objetivos, a ciência está a empurrar o capital para a sua destruição, a modernização permanente do sistema do capital é, paradoxalmente, a sua própria ruína.

O trabalho não aparece mais como confinado ao processo de produção, mas o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao próprio processo de produção. (O que foi dito sobre a maquinaria vale também para a combinação das atividades humanas e o desenvolvimento do comércio humano.) O trabalhador não introduz mais o objeto natural modificado, como um elo intermediário, entre a coisa e ele, mas insere o processo natural, que ele transforma em industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, que ele domina. (Marx, 1972, p. 161)

O trabalho no modo de produção capitalista, é morte, destarte a crença de que o trabalho é a fonte do ser social e das condições existenciais da humanidade. Contudo, uma sociedade que perfila a necessidade de uma metafísica estruturante, a fim de inverter o mundo material em mundo abstrato, totalmente absurdo, que parece mais real que os limites objetivos, de forma a garantir alguma subjetividade como poder dos indivíduos, que estão completamente impotentes como trabalhadores, que nada mais fazem que apreciarem como espectadores, o próprio espetáculo da exploração sobre si mesmo. As revoluções no interior da produção capitalista não cessam, chegamos ao mundo dos computadores em rede mundial, a produção em escala geométrica e um processo que nasce morto desde o início de sua instituição, nos idos do século XVIII.

Mas se o poder produtivo microelectrónico conduz aos limites do capitalismo, a produção industrial não pode ser rejeitada de forma generalizada nem aumentada linearmente em direcção à “libertação técnica” autónoma. Apesar de alguns protestos em contrário, que permanecem vagos e inconsistentes, ambas as opções ignoram o princípio básico do “trabalho abstracto” e da “riqueza abstracta” que se tornou independente. Trata-se de superar esta forma predominante

de socialização universal, em vez de tentar reconduzi-la a “modelos” ecológicos ou tecnológicos supostamente administráveis. Só para além do “trabalho abstracto” e do dinheiro (ou dos seus substitutos utópicos) é que uma “associação de indivíduos livres” que abrange toda a sociedade pode tomar decisões determinadas pelo conteúdo sobre a utilização de recursos comuns. (KURZ, 2010)

O que foi dito acima, esse é o princípio que rege o capital, como um monstro que precisa ser engordado e nutrido ininterruptamente, ele suga e arranca do mundo a sua nutrição, seu alimento, quer tornar-se mais capital. Exatamente a riqueza abstrata rege as relações sociais, as relações de produção, as relações de exploração de forma cega.

Da religião ao capital

E ao fim e ao cabo desse imbróglio, há um conflito que atravessa os períodos pré-capitalistas e mergulha de cabeça no interior do sistema social da produção de mercadorias, de um modo estranho e profundamente contraditório. O mundo pré-moderno ou da pré-modernização capitalista, como um período de movimento incessante, não conhecia o conceito nem as categorias da economia, como estrutura organizativa e de pensamento em condições conceituais. A economia, como ciência, é inaugurada, como forma social com a introdução do modo de produção capitalista, em sentido lato, o capital impõe a sociedade capitalista, o que institui uma arquitetura social que supera o modo religioso de organizar a vida social em todos os seus aspectos.

Não havia, antes da chegada histórica do capital, qualquer forma semelhante que engendraria a velocidade do tempo da produção e da acumulação de uma riqueza que não era conhecida em períodos pré-capitalistas - a valorização do valor em escala exponencial. A sociedade religiosa não se fixava na ordem social estruturada para uma ideologia materialista, com traços metafísicos e um modo de produção que totalizaria a sociedade – a tautologia social. Não havia o conceito de economia, de classe social, de acumulação, riqueza abstrata, formação de crédito, tempo de produção, excedente, força de trabalho, forças de produção etc.

A partir do momento em que a matriz religiosa e as representações nela incluídas sejam reconhecidas como essenciais às relações pré-modernas, também o fenómeno identificado como “dinheiro” tem de enquadrar-se nesse conjunto, ou estar inserido num contexto completamente diverso do da Modernidade. (KURZ, 2014, p. 85)

Mas, em sentido contrário, a religião não foi extinta pelo capital em sua formação social. As formações pré-capitalistas penetraram o capitalismo de forma abrangente. Além disso, as estruturas de opressão e formas de exploração anteriores, foram absorvidas pelas formações sociais históricas engendradas pelo capitalismo. As massas trabalhadoras foram formadas como imposição do modo de produção, não havia uma dita classe trabalhadora, ela surge como demanda necessária ao modo de produção historicamente condicionado pela exploração do tempo excedente. Essas massas trouxeram para o interior das relações de produção e de exploração, a herança do modo religioso do ser social. Não havia uma categoria social cindida da totalidade denominada economia, como uma esfera autônoma de toda a sociedade controlada pela religião. A religião, portanto, era o corpo social em sua composição total, em todas as formas sociais, do mundo da satisfação das necessidades ao simbólico como representação da existência humana.

O dinheiro na Idade Média. A falta de um conceito medieval para o dinheiro explica-se pela inexistência de uma área específica designada por “economia”, e pela ausência de teses ou de teorias a seu propósito. Incorrem num anacronismo os historiadores que julgam discernir um pensamento econômico nos teólogos escolásticos ou nos frades mendicantes, sobretudo nos franciscanos. (LE GOFF, 2011, p. 240)

Além disso, parece-me importante destacar que o capital, como forma social, inaugura algo completamente inédito na história, a saber: um modo de produção totalmente materialista, que engendra a geração de uma riqueza abstrata, ou seja, até em sentido irônico, trata-se do primeiro processo social absolutamente “ateu”. O capital é ateu, mas aceita as formas religiosas que existiam pré-capitalistas, de tal sorte que tais formas passam a ser vividas como heranças e modos de adaptação estrutural a um sistema cuja lógica não depende de nenhuma religião, apesar de que as sociedades, em geral, assumem suas heranças religiosas e passam a crer que o capital tem um caráter eminentemente religioso, o que não se sustenta, nem do ponto de vista epistemológico quanto cultural. O fato de Max Weber apontar que capitalismo, como mecanismo social de realização do capital ter tido algum início histórico nos ambientes protestantes, no entanto, o capital surge como uma lógica autônoma, sem qualquer dependência de qualquer religião e por essa razão é que pôde penetrar, absorver e subsumir todas as religiões.

Seria menos um sistema de organização econômica do que um estado de espírito, um conjunto de práticas a contornar regulamentações. Para Braudel, o fenômeno apareceu desde o século XII pelo menos nas cidades da Itália e desde o século XIII em Paris. Tudo aquilo que expus neste ensaio mostra que não creio na realidade desse capitalismo medieval. (LE GOFF, 2011, pp. 243-244)

Temos que pensar que as atuais categorias que estão contidas na estrutura social do capital – valor, valor de troca, mais-valor (ou mais-valia), mercadoria, lucro, capital fixo, capital variável, capital constante, dinheiro, força de trabalho, tempo de produção, forças produtivas, relações de produção, relações de exploração e acúmulo etc., compõem a nomenclatura da moderna sociedade em forma de modo de produção que não encontra precedentes na história pregressa. Os períodos pré-capitalistas devem ser entendidos em outras chaves de relações sociais, marcadas pelo modo sacrificial de lidar com a vida em penitência, daí os termos como dívida e a punição social em uma estrutura de penitência física e moral – a penitenciária tem sua origem etimológica nesses princípios. O dinheiro tinha outra função, a de garantir o pagamento dos pecados ou das dívidas por meio de sacrifícios e o dinheiro era a forma que compunha o espectro social da vida que não tinha caráter econômico, em absoluto e sim religioso, em sua plenitude e totalidade.

Uma segunda condição para a instalação do capitalismo foi a formação - em lugar da multiplicidade de mercados que havia fragmentado o uso das moedas imperfeitamente regulado pelas feiras e pelos lombardos - de um único mercado que só se constituiu a partir do século XVI, de resto ainda não totalmente acabado, através de uma sucessão de mundializações. A terceira instituição decisiva, segundo minha visão, foi o surgimento de um organismo que não conseguira impor-se em Antuérpia no século XV e que afinal se estabeleceu em Amsterdam em 1609, a Bolsa. (LE GOFF, p. 246)

Em termos históricos, as condições objetivas para a criação do capitalismo não estavam dadas, em absoluto, no mundo medieval. Até mesmo em Le Goff, que aponta o século XV como marco para o advento do capitalismo, vale destacar que somente no século XVIII as possibilidades reais foram dadas para que houvesse a articulação de categorias que estavam relativamente soltas e que convergem de modo histórico para a formação social do capital – dinheiro, trabalho, valor e mercadoria, articulam-se de modo inédito, por isso, surge um sistema social que tem como condição de possibilidade a sua expansão invariável. O capital surge como um ser para além e acima de toda formação social, aliena o mundo dos seres humanos e os condiciona a uma

forma social sem precedentes, que controla todas as relações e todos os processos de produção material e simbólica.

Fetiches da ciência

Todos os grupos humanos fazem uso da ciência, em grande medida, indiretamente, com acesso aos mecanismos de reprodução social que a ciência propicia, o caráter de utilização é um processo social em escala sistêmica – nas cidades, no campo, nas casas, nos espaços públicos ou privados, nas instalações de todo tipo. Cercados por teorias de toda espécie, desde a teoria para levantar paredes e fabricar tijolos, até as teorias que compõem o aparato industrial de uma cozinha caseira. A ciência está presente cotidianamente na vida das pessoas, mesmo que não se deem conta de que estão cercadas pela ciência e pela sua forma material, concreta e objetiva – sua utilização e seus produtos sociais.

O automatismo social científico é a ciência da automação social. Nesse arcabouço de automatismos, a ciência é revestida de inúmeros fetiches sociais, dentre eles, os mais importantes são o fetiche da técnica e a ideologia da tecnologia, incrustados na reprodução diária social e na reificação das condições gerais de produção. Ambos penetram as esferas sociais, da infância na família às especializações no âmbito da formação técnico-tecnológica. As instituições de ensino – privadas e estatais – são um dos elementos constitutivos da esfera formativa social, da especialização e racionalização dos parâmetros da produção de mercadorias, a educação é formalmente constituída cientificamente. Significa dizer que a ciência é o fetiche do próprio capital, este não pode prescindir, em hipótese alguma, da forma ciência, que se traduz na forma material por excelência do capital.

O tecnicismo é o elemento constitutivo da formação dos indivíduos para a execução de tarefas diárias, com escopo produtivista, cujo caráter reside na máxima eficiência e na efetividade dos resultados, circundando todos os ambientes da reprodução social – família, escola, empresas, atividades estatais, ambientes comunitários, atividades simbólico-culturais, burocracia e administração. Observa-se uma luta permanente e uma corrida tecnicista para ocupar lugares no quinhão da produção de mercadorias – toda a produção da vida é a produção mercantilizada das formas sociais. Além disso, o tecnicismo garante a imperiosa necessidade de

especialização em todos os ramos das relações sociais, a perfeição deve ser alcançada a qualquer preço. A mercadoria não é um elemento cindido da vida social, ao contrário, é a própria vida social em toda sua complexidade e diversidade.

A ideologia tecnológica mantém vivo o imperativo da modernização e da inovação como caráter constitutivo da sociedade contemporânea. Estados-nacionais, corporações, sistema financeiro, sistema educacional, ambientes de produção, setores econômicos como agricultura e serviços, tudo passa a ser dominado pelo carimbo da tecnologização ininterrupta. Todos se lançam ao mar da concorrência impositiva para sobreviverem e, mais que isto, a tecnologia ganha um caráter eminentemente pessoal e assume um caráter subjetivo.

Cada sujeito social é revestido de sua própria couraça tecnológica, adquire a aura da indestrutibilidade biológica por meio da portabilidade tecnológica. Assim como o fato de que a tecnologia e as máquinas dão aquela sensação, quase divina, de que ao portá-las, os sujeitos são portadores de uma proteção messiânica, também a ciência e seus produtos promovem o domínio subjetivo sobre a natureza.

A ciência parece ter se tornado em um escudo protetor, ao mesmo tempo em que fragiliza a condição humana, sob o pretexto ideológico de que garante o bem-estar e pode até prometer a diminuição da fadiga e eliminar os perigos da doença. Mas em sentido estrito, serve como aparato para o aumento qualitativo das condições gerais de produção de mercadorias, sejam materiais e concretas, mesmo que sejam imateriais ou simbólicas.

O movimento de inovação tecnológica dura já há muito tempo e é constitutivo da sociedade capitalista, dita por vezes industrial ou post-industrial. Mas desde que tomou a sua mais recente aceleração, (no dia seguinte à Segunda Guerra Mundial), reforça ainda mais a autoridade espetacular, já que através dele cada um encontra-se inteiramente entregue ao conjunto de especialistas, aos seus cálculos e aos seus julgamentos sempre satisfeitos com estes cálculos. (DEBORD, 2003, p. 15)

É de se notar que a corrida aos céus propiciada pela ciência, é carregada de tons obscuros para a maior parte da sociedade. O espetáculo da ciência se reveste de cores luminosas, ofuscam a concretude das formas que a ciência adquire para manter a aceleração das inovações. A mercadoria, como forma social, é a propulsora das descobertas científicas, mesmo que revestidas de grande glória perante a coletividade. As relações de troca caracterizam o sistema social do capital, nesse ambiente de

profundas anomalias em que a necessidade de impor a ordem jurídica da forma mercadoria, implica a necessidade de especialização tecnocrática, que impinge às esferas da cadeia produtiva, mais eficiência e capacidade produtiva. Os não-rentáveis devem ser tratados também como não capazes de absorver tecnicamente o controle das etapas de produção e aquisição de mercadorias.

Nem mesmo os grupos mais retrógrados, do ponto de vista de comportamentos sócio-políticos, como é o caso de movimentos fascistas, grupos religiosos extremados, até as estruturas militares e da guerra ou até comunidades exotéricas, passando por grupos tido progressistas, não renunciam à ciência, em quaisquer circunstâncias. O fato é que se tornou banal a utilização das formas materiais, como produto da ciência, por parte de quem quer que seja, a ciência é utilizada conforme interesses quaisquer – para matar ou salvar vidas, não importa a sua instrumentalização política, econômica ou social.

No entanto, o capital tem como propósito, tão-somente, a reprodução ampliada do próprio capital, esta é a lógica que predomina. Em outras palavras, o sujeito da história social é o capital e não os trabalhadores ou mesmo a sociedade. Trata-se de uma sociedade mundial da troca e não do uso. Sua tendência é provocar ininterruptamente modificações estruturais tanto quanto superficiais para garantir a supremacia da produção de valor em escala global.

O fetiche da técnica e a ideologia da tecnologia assumem caráter fascista no seio da sociabilidade e do metabolismo histórico-social. A sociedade espetacular é também, a seu modo, uma sociedade da sociabilidade fascista que impõe por meios estéticos a técnica e a tecnologia. Some-se a isto o caráter burocrático da utilização tanto da técnica quanto da tecnologia, o que aprofunda e consolida ainda mais o caráter fascista da ordem do capital em termos estruturais.

Por tais razões é que a ciência adquire, com seus mecanismos de controle e concentração do conhecimento, a identidade corporativa das formas de engajamento dos especialistas e da especialização como instrumento de modernização capitalista. Assim é que, em sentido amplo, a ciência colabora e corrobora as condições em que o fascismo se torna a face mais peculiar e familiar que campeia por todas as relações de poder e controle.

É a inadequação do fator *subjetivo* (político, ideológico) ao elemento *objetivo* (a revolução tecnocientífica, a Ciência como fator produtivo, o conhecimento como *força de produção*) que causa um vácuo, motivo do fascismo na esfera capitalista e do burocratismo na esfera *socialista*. Explica-se assim o problema: da burocracia como poder político. (TRAGTENBERG, 2006, p. 237)

A tecnologia não apenas modifica as relações sociais, como as regula, de modo a concentrar o controle do metabolismo social ao aparato tecno-científico, engendra a absoluta dependência material e simbólica sobre as coletividades humanas. Na abundância ou na escassez, a ciência está presente. O poder de encantar também revela a experiência do desencanto. Os instrumentos e aparelhos tecnológicos, as máquinas e os computadores aceleram sobremaneira a reprodução do capital, como prioridade das prioridades. Somente após tentar satisfazer o capital é que a sociedade imagina poder desfrutar dos encantos da ciência. A ciência, aplicada atualmente, transforma as pessoas em bolhas totalmente artificiais em cujo interior são capazes de viver absortas e completamente alheias ao mundo concreto.

Paradoxalmente, a ciência parece ter criado um mundo à parte, um mundo de interesses e magias que são oferecidos agora de forma individualizada. Daí o encanto supremo! Agora, além da necessidade do salário ao fim do mês, temos a necessidade de nutrirmos e sermos nutridos no interior de nossas próprias bolhas artificialmente constituídas pela ciência virtual.

O que realmente importa é a condição atual das forças produtivas do capital que, com a ciência, transformam o futuro em imensas incertezas e as massas trabalhadoras vivem inseguras, em que um contingente significativo da população está alijado até mesmo das condições mínimas necessárias para a reprodução. A divisão da força de trabalho reflete os níveis de evolução das forças produtivas, o que implica lançarmos o olhar para esse contexto estrutural.

Há uma transformação profunda no interior das forças produtivas, que implicam colocar em questão o modo de produção. A chamada alta tecnologia, não há trabalho imediato nem há o tempo despendido, por conseguinte, há uma apropriação da força produtiva universal, que representa a compreensão da natureza, isto é, a dominação da natureza, em outras palavras, a dominação social que significa em última instância, a compreensão social. Trata-se do desenvolvimento do corpo social, pilar da produção e da riqueza. O objeto da produção é apropriado pela ciência, que nada mais é que a compreensão da natureza.

A ciência, no capital, representa a apreensão e o domínio da natureza, o processo de produção depende da ciência, mas a ciência libera o trabalho vivo. A grande indústria, que foi um processo hegemônico durante boa parte do século XX, cria nova base, constituída pela ciência, em conjugação com a administração. Os novos processos de produção reduzem o tempo de trabalho. Assim, o roubo de tempo alheio, que representa a riqueza efetiva é miserável diante da nova base – novas formas de tecnologia, a sociedade da informação passa a ser integrada globalmente, as estruturas de produção passam a ter como prioridade os dados, os algoritmos e a informação das pessoas em geral. Assim, o tempo de trabalho deixa de ser a medida e por isso o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso, dá-se o desenvolvimento da força universal do cérebro humano, gradativamente, cai a produção fundada no valor de troca, e a base estrutural do valor entra em crise irreversível.

Divisão da força de trabalho no mundo

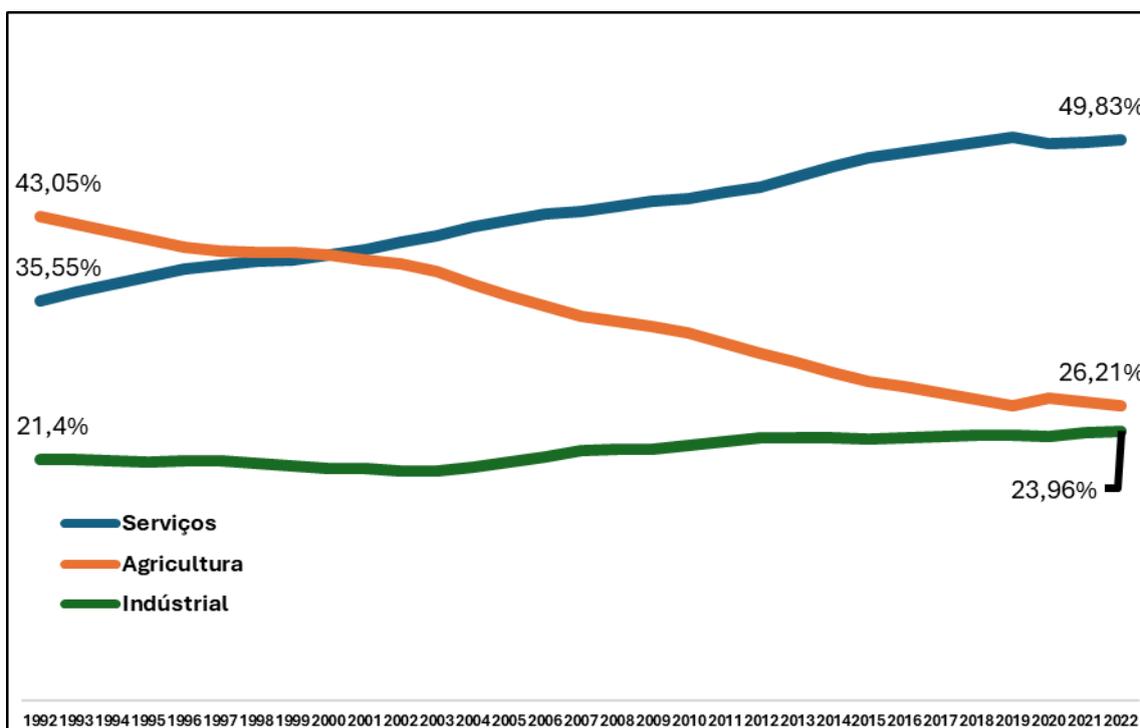
A classe trabalhadora está sob a demanda de uma nova fase do capital, as tendências nos mostram um deslocamento da empregabilidade das massas trabalhadoras em todo mundo. A reestruturação produtiva que ganha força a partir de meados da década de 1970, mudou drasticamente o perfil dos setores da economia, sobretudo pelo fato de que a agricultura e a indústria têm sofrido os efeitos da terceira revolução industrial – microeletrônica, em que as profundas e imensas inovações foram direcionadas, prioritariamente, para a agricultura e a indústria, aumentando assim a produtividade, acelerando os processos produtivos, fragmentando-os e pulverizando-os globalmente. O resultado é que parte considerável da massa trabalhadora, em condições de ser empregada, migra, obrigatoriamente, para o setor de serviços. Isto se deve ao avanço da ciência, que é largamente empregada como forma material do capital e dos procedimentos formais que se tornam universais para a aplicação de pesquisas e desenvolvimento da técnica necessária.

A Ásia abriga nada menos que 59% da população mundial. a população mundial está distribuída ao longo de todos os continentes, segundo dados da World Population Review - WPR (2024), em janeiro de 2024. A população mundial chegou a 8,082 bilhões de pessoas. A América Latina responde por 5,5% do total da população (WPR, 2024). O continente americano tem 13% do total da população. A Europa possui

9,2% da população (WPR, 2024), enquanto a África tem 18,3% do total mundial (WPR, 2024), o que significa praticamente o dobro da população europeia. Não podemos deixar de destacar que em 1939, quando a Segunda Grande Guerra tem início, a Europa respondia com 25% do total da população mundial (WPR, 2024). Portanto, a Ásia como um todo, detém, na atualidade, nada menos do que 59,5% da população mundial (WPR, 2024).

Do ponto de vista capitalista, é para onde o mercado deve seguir e tem seguido, é na Ásia que o capitalismo está se desenvolvendo com maior rapidez, criando vastos os territórios de mercado e é por isso que a crise nos chamados países imperialistas é mais profunda, porque agora a prioridade do sistema mundial do capital está na Ásia e isto cria um conflito inclusive do ponto de vista ideológico, pois tanto a Europa quanto a América do norte imaginam terem o poder e o controle sobre o sistema. Mas não têm mais.

Gráfico 1: Série história da divisão da força de trabalho por setores no Mundo (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de WESO. Data Finder: tendências 2024

Observa-se que o setor de serviços foi o que teve maior incremento da força de trabalho na série histórica entre 1992 e 2022. Em 1992, os serviços empregavam 35,55% do total da força de trabalho, ao passo que em 2022, a empregabilidade do setor

atingiu 49,83% do total de trabalhadores empregados. A maior queda, inclusive mostra efetivamente o avanço da mecanização, foi o setor da agricultura, que em 1992 empregava 43,05% do total da força de trabalho e chegou, em 2022 a empregar 26,21%. Ao passo que, a indústria empregou em 1992, 21,40% do total de trabalhadores, em 2022, o índice de empregabilidade foi de 23,96%.

O que podemos observar, de acordo com o gráfico acima, cuja fonte é a OIT (WESO. Data Finder: tendencias 2024, 2024), claramente, é uma mudança na série histórica da capacidade de empregabilidade do sistema global do capital. Entre 1999 e 2000, exatamente na vidara do século, verifica-se a inflexão – a agricultura começa a eliminar postos de trabalho, enquanto o setor de serviços experimenta o aumento gradativo de sua força de trabalho empregada. Em alguns países e regiões, essa tendência é particularmente drástica e radical, enquanto noutras, como em vastos territórios e países na África e na Ásia Central, a agricultura ainda emprega em quantidade considerável, devido à baixa capacidade de aplicação tecnológica, enquanto no continente americano, assim como no europeu e em regiões da Ásia, os processos de produção na agricultura estão avançados a ponto de eliminar sem restrições, milhões de postos de trabalho. Por outro lado, a indústria não experimenta aumento em sua capacidade e sim maior capacidade de produção, técnicas, máquinas, administração e tecnocracia altamente eficientes.

Apresentamos aqui uma série histórica de 30 anos, a partir de 1992 até 2022, que trata da tendência da divisão da força de trabalho no mundo, na China, na Índia, no Brasil e nos Estados Unidos. Podemos observar uma mudança na empregabilidade da força de trabalho por setores da economia capitalista. Os dados coletados têm como referência a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Grosso modo, a economia capitalista se divide em 3 grandes setores, a saber. A indústria, a agricultura, que envolve a agroindústria e os serviços. O que é possível observar de forma destacada é o desenvolvimento da ciência, notadamente e prioritariamente no âmbito da agricultura, em que a partir de um determinado ponto histórico, há uma queda vertiginosa da força de trabalho empregada nesse setor da economia capitalista. Em contrapartida, o setor dos serviços passa a empregar cada vez mais trabalhadores e trabalhadores, e tanto no mundo quanto nos países em questão aqui apresentados.

Temos novas configurações da classe trabalhadora, novas formas de organização política, a fragmentação das categorias profissionais, a dificuldade de

organização sindical, imensas barreiras para a representação política, a imensa desvantagem nas lutas contra os gestores para estabelecer direitos e o preço da força de trabalho, as dificuldades nas relações com os estados-nacionais e a vulnerabilidade em face às grandes corporações transnacionais.

a “racionalização” que torna supérfluo o dispêndio de trabalho humano anda, pela primeira vez na história capitalista, mais depressa e assume uma dimensão maior do que o embaratecimento a ela associado e o correspondente alargamento dos mercados. Os mercados das mercadorias alargam de modo drástico, os mercados de trabalho encolhem de igual modo. É precisamente o contrário da expansão interna do fordismo. (KURZ, 2014, p. 267)

Fica evidente, em virtude do exposto até agora, que o problema para o capital está naquilo de que depende para manter a sua expansão, em outras palavras, a ciência, que parece ter sido a panaceia civilizatória a partir do século XVII e que se transforma no verdadeiro pesadelo estrutural do capital, que vê a si mesmo em franca autodestruição, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora não encontra refúgio no interior desse sistema e, de outro lado, ainda insiste em encontrar algum instrumento para que o sistema garanta alguma humanização e, por fim, restituir a dignidade por meio de ações estatais.

Últimas Considerações

Há duas ponderações que considero importantes de serem realizadas a título de descoberta, tanto quanto nunca diz respeito à formulação de algumas considerações finais. Em primeiro lugar, reconhecer que o capital vive a sua pior crise, considero inclusive que se trata de uma crise estrutural, não apenas com características sem precedentes, como irreversível no que diz respeito à necessidade de manter a lógica interna do próprio capital. A crise estrutural mostra que o capital está se autodestraindo independentemente da humanidade, sua lógica interna e a lei do valor ultrapassam as condições gerais da sociedade e o grande problema é o que a classe trabalhadora deveria fazer. Afinal de contas, várias teorias e doutrinas da predestinação, desde o século XIX, apontam a classe trabalhadora como a única capaz de realizar a sua própria libertação, mas a classe trabalhadora precisa compreender que o capital engendrou uma lógica de produção, baseada na ciência moderna e se tornou o fundamento e a forma material com

que o capital se desenvolveu e o desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias. Em segundo lugar, precisamos rever ou repensar toda ciência que formou a classe dos trabalhadores e trabalhadores em máquinas de produção de valor, como uma metodologia social capaz de mecanizar todas as formas de produção, mecanizar o corpo, mecanizar a vida social, mecanizar os afetos, a individualidade, as relações sociais, as relações culturais e simbólicas. Mecanizou as religiões, as tradições, até mesmo sexo foi mecanizado e as relações de gênero passaram a ser na forma da produção e dos processos produtivos que somente o capital foi capaz de criar.

Portanto, é preciso, também, que os movimentos de libertação do capital levem em conta que uma sociedade para além do capital, uma sociedade efetivamente comunista, deve também se libertar dos processos produtivos, da sua organização e estrutura, mecanizada e automatizada. Em outras palavras, na tentativa de ser mais objetivo, uma sociedade comunista precisa ter em mente os imensos desafios históricos herdados pelo modo de produção capitalista, que não se trata tão-somente da exploração da força de trabalho, o capital deitou raízes no modo de produção e em seus processos sociais.

O fato é que, este modo de produção que também avança de forma implacável sobre os recursos e o meio ambiente em geral, está por toda parte e não adianta apenas uma revolução que retire os capitalistas de cena para que as massas trabalhadoras detenham os meios de produção, exatamente se estes meios forem mantidos no modelo socialmente mecanizado pela estrutura científica e tecnocrática nos processos produtivos de toda ordem, não apenas industriais, também no setor de serviços em amplíssima escala de utilização, especialmente com a introdução da rede de computadores.

Referências bibliográficas

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. Segunda edição, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Labirintos do fascismo: teia dos fascismos. Uma política sem economia?** Volume 2. São Paulo: Editora Hedra, 2022.

DEBORD, Guy. Comentários sobre A sociedade do espetáculo. In **A sociedade do espetáculo e outros textos de Guy Debord**, [www.terravista.pt/ilhadomel/1540](http://www.terraviva.pt/ilhadomel/1540), 2003,

disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comentariososse.pdf>, acesso em 10.ago.2024.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.** Tradução de Lumir Nahodil. Portugal: Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **ROBOTIK UND ARBEIT. Die Alpträume des verdinglichten Bewusstseins.** erschienen in der Jungle World am 29.07.2010. Disponível em [EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft \(exit-online.org\)](https://www.exit-online.org/). Acesso em 15.ago.2024.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média e o Dinheiro – Ensaio de antropologia histórica.** Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política.** (Grundrisse), 1857-1858. Vol. 2. Traducción de Pedro Scaron. Buenos Aires Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 1972. (Biblioteca del Pensamiento Socialista), disponível em www.ebookelo.com.

_____. **Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861 a 1863 (cadernos I a V_ Terceiro Capítulo – O capital em geral.** Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 53. (Economia Política e Sociedade, v. 1)

OIT. Organización Internacional del Trabajo. **WESO. Data Finder: tendencias 2024.** Disponível em <https://frontend.weso-dashboard.com/?chart=Z2VuZGVyPVsiVG90YWwiXSZ1bml0PSJOdW1iZXIiJnNIY3Rvcj1bXSZ5ZWZyRnJvbT0xOTkxJmluY29tZT1bXSZpbmRpY2F0b3I9WyJ1bmVtcGxveW1lbnQiXSZzdGF0dXM9W10mcmVnaW9uPVsiV29ybGQiXSZjb3VudHJ5PVtdJndvcmtpbmdQb3ZlcnR5PVtdJnllYXJUbz0yMDI1JnZpZXdGb3JtYXQ9IkNoYXJ0IiZhZ2U9WyJBZ2UxNXBsdXMiXSZsYW5ndWFnZT0iZW4i>. acesso em 12.ago.2024.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia.** 2.ed., São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Coleção Maurício Tragtenberg)

WORLD POPULATION REVIEW. **World Population by Country 2024 (Live).** Disponível em <https://worldpopulationreview.com/>. Acesso em 15.mar.2025